

## **A dívida pública e o monstro que a habita**

A princípio, as intenções da dívida pública são plausíveis. Trata-se de contrair dívida em prol do crescimento da sociedade, através de investimentos. Contrariando a lógica da ação, porém, a dívida pública tem servido como tapete para esconder milhões de sujeiras e seu uso indevido lhe atribui um caráter vilanesco.

Isso fica explícito no gráfico de resultado primário e estoque de dívida pública encontrado na Auditoria Cidadã da Dívida (2020). O gráfico demonstra que, de 1995 a 2015, o Brasil teve R\$ 1 trilhão de superávit primário acumulado. Ou seja, após abater o que foi gasto com toda a manutenção do Estado e serviços públicos do que arrecadou nesse período, houve uma sobra de R\$ 1 trilhão. Ainda assim o estoque da dívida pública saltou de R\$ 86 bilhões para R\$ 4 trilhões. No caso em questão, ficou posteriormente comprovado que nem sequer houve investimentos nesse período; portanto, para onde foi o dinheiro?

O “Sistema da Dívida” é um conjunto de artimanhas com objetivo de satisfazer grupos financeiros – em especial, bancos privilegiados – através do repasse de dinheiro público para a iniciativa privada e outros ganhos. Os mecanismos utilizados nesse sistema são diversos, como, por exemplo, remuneração da sobra de caixa dos bancos, compra de ativos privados pelo Banco Central, entre outros. Os recursos para sustentar esses mecanismos provêm do dinheiro destinado à dívida pública; conseqüentemente, haverá aumento no estoque da dívida.

Ao fim, é instaurado o terror na população através de afirmativas questionáveis que justifiquem as reformas e cortes de investimentos, impedindo o desenvolvimento socioeconômico do país.

A animação “A casa monstro” conta a história de uma casa monstro que se alimenta de tudo que, por qualquer motivo, acaba parando em seu gramado. Apesar disso parecer ruim para todas as pessoas, já que elas perdem seus bens diariamente, existe um senhor que mora, alimenta, protege e perpetua a ação da casa. Ele se mune de várias justificativas e, mesmo quando acaba por ficar perto da morte, continua a protegê-la. Analogamente, o Banco Central (BC) alimenta e perpetua a remuneração diária da sobra de caixa dos bancos, mesmo sabendo o prejuízo que isso gera ao Tesouro nacional.

Obrigatoriamente todos os bancos devem depositar uma certa quantia no BC. Após abatimento dessa quantia do total recebido pelo banco, a sobra deveria retornar

como empréstimos com juros baixos, para atrair clientes e fazer o dinheiro girar. Ocorre que, se o banco deixar o dinheiro parado, o BC o remunera através da troca da sobra de caixa por títulos da dívida (operações compromissadas), títulos que o BC ganha do Tesouro Nacional. Ou seja, há o repasse de recurso público para a iniciativa privada.

Quando se põe o BC no papel de comprador, decisão recentemente legalizada de acordo com o art. 7º da EC 106/2020, o repasse fica ainda mais nítido. Como já alertado por meio de artigo e ficha técnica da Auditoria Cidadã da Dívida, o cenário futuro caminha para repasse de títulos bons para os bancos e o BC se tornando uma caçamba de títulos podres.

É necessário atizar o senso crítico da população, tornando possível o entendimento a respeito do impacto que o “Sistema da Dívida” tem sobre o coletivo e o indivíduo, para que, dessa forma, mais pessoas lutem pela auditoria, que se apresenta como meio efetivo de denunciar esses crimes em forma de lei. Sejam os meninos da casa monstro que, após cansarem de serem roubados, decidiram enfrentá-la e, ao fim, venceram!